

PROCESSO - A. I. Nº 210674.3006/16-6
RECORRENTE - NILTON DA CRUZ ALVES (CERÂMICA SANTANA DE IGAPORÁ) - EPP
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5º JF nº 0005-05/17
ORIGEM - INFAZ GUANAMBI
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 15/08/2017

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0252-12/17

EMENTA: ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE ENTREGA NOS PRAZOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. O sujeito passivo confessa o cometimento da infração. Tendo em vista que o Contribuinte apresentou todos os arquivos devidos, mesmo fora do prazo, com as informações pertinentes, considerando, também, às dificuldades dessas pequenas empresas se adaptarem, cumprirem todas as exigências do Fisco ante aos novos processos de escrituração eletrônica e, ainda, por uma questão de isonomia, atende-se parcialmente o pleito de redução da multa aplicada. Reduz a multa aplicada para 20% do valor cominado no lançamento. Modificada a Decisão recorrida. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário, tempestivo, interposto em face da Decisão primária que julgou Procedente o Auto de Infração, lavrado em 14/06/2016 para aplicar a multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$33.120,00, em decorrência da entrega de arquivos eletrônicos fora dos prazos previstos na legislação, ocorrência constatada nos meses de janeiro de 2012 a dezembro de 2013.

O voto do Relator de primeiro grau, abaixo transcrito, concluiu que o Auto de Infração é Procedente, como segue:

“VOTO

O lançamento constitui-se em uma única infração arrolada pela fiscalização, objeto de defesa por parte da empresa autuado.

O autuante, quando do lançamento, descreveu com precisão a infração cometida, apontando a conduta praticada pelo contribuinte, os artigos infringidos, a previsão legal da multa, os prazos para interposição de defesa, ou usufruto do benefício de redução dos percentuais de multa, além de indicar o sujeito passivo, tudo em conformidade com a disposição contida no artigo 39 do RPAF/99, razão pela qual inexistem questões preliminares a serem apreciadas.

Tanto é assim que a empresa autuada compareceu ao processo, exercendo de forma irrestrita o seu direito de ampla defesa, prova disso é que abordou todos os aspectos da infração trazendo fatos e argumentos que ao seu entender elidiriam a mesma, com precisão e exercendo sem qualquer restrição o contraditório.

Passo, pois, à análise da mesma. A acusação é o fornecimento de arquivos magnéticos fora dos prazos previstos na legislação, ocorrência constatada nos meses de janeiro de 2012 a dezembro de 2013.

De pronto, constato que foram exatos vinte e quatro meses sem que os arquivos fossem tempestivamente transmitidos, o que afasta qualquer fortuidade no procedimento do sujeito passivo, bem como caracteriza a sua contumácia.

Antes de qualquer consideração, permito-me abordar alguns aspectos relativo a entrega dos arquivos magnéticos. Todo contribuinte inscrito no cadastro do ICMS da Bahia com faturamento/ano no exercício anterior, superior a R\$360.000,00, que emitisse documento fiscal eletronicamente e/ou fizesse escrituração de Livro Fiscal por processamento de dados, mesmo utilizando sistemas de terceiros, além dos usuários de

Equipamentos ECF, bem como aqueles que exercessem atividade econômica de comércio por atacado independente de ser usuário de SEPD, além do contribuinte inscrito como substituto tributário, independentemente de ser usuário de SEPD.

O regramento relativo aos arquivos magnéticos encontra-se nos artigos 259 a 262 do RICMS/12, os quais estão em consonância com as disposições do Convênio ICMS 57/95 que regula a matéria, sendo que a obrigação de entrega se encontra no artigo 260:

“Art. 260. O contribuinte remeterá às Secretarias de Fazenda das unidades da Federação destinatárias das mercadorias, até o dia 15 (quinze), arquivo magnético, com registro fiscal, das operações e prestações interestaduais efetuadas no mês anterior”.

Já o artigo 261 do mesmo dispositivo determina: “sempre que for intimado, o contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata esta seção, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos”.

A previsão legal de penalidade encontra-se no artigo 42, inciso XIII-A, alínea “j” da Lei nº 7.014/96:

“XIII-A - nas infrações relacionadas com a entrega de informações em arquivo eletrônico e com o uso de equipamento de controle fiscal ou de sistema eletrônico de processamento de dados:

(...)

j - R\$1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais) pela falta de entrega, nos prazos previstos na legislação, de arquivo eletrônico contendo a totalidade das operações de entrada e de saída, das prestações de serviços efetuadas e tomadas, bem como dos estornos de débitos ocorridos em cada período, ou entrega sem o nível de detalhe exigido na legislação, devendo ser aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) do valor das saídas ou das entradas, o que for maior, de mercadorias e prestações de serviços realizadas em cada período de apuração e/ou do valor dos estornos de débitos em cada período de apuração pelo não atendimento de intimação subsequente para apresentação do respectivo arquivo”.

Conforme visto, o autuante agiu em atendimento ao comando normativo, e não poderia ser diferente, não tendo agido com discricionariedade ou ao arrepio da Lei.

Fato é que, nas fls. 18 a 42 encontram-se acostados os recibos de entregados arquivos, em data posterior ao início da ação fiscal que se deu em 27 de abril de 2016, consoante documento de fl. 05, onde, em alguns casos, o atraso na entrega verificado é superior a quatro anos, ou quarenta e oito meses.

O sujeito passivo, em sua peça de defesa não nega a obrigação de entrega do arquivo, sequer o cometimento da infração, apenas argumenta em relação ao excesso de carga tributária, e as crises econômicas e climáticas que oneram o pequeno contribuinte, como se denomina.

Fato é que a imposição da multa em questão possui base legal, não cabendo aqui se discutir, como pretende o autuado, a sua justeza ou oportunidade, pois cabe tanto ao autuante, quanto ao julgador e ao próprio contribuinte, a sua obediência.

Quanto aos comentários e argumentos relativos a excessividade de carga tributária imposta aos contribuintes, este não é o foro apropriado para tal tipo de discussão, motivo pelo qual me escuso a tecer maiores considerações.

De relação ao pedido feito para a redução ou cancelamento do valor autuado, esclareço que na forma do artigo 158 do RPAF/99, “As multas por descumprimento de obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelas Juntas de Julgamento Fiscal ou pelas Câmaras do CONSEF, desde que fique provado que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação e que não tenham implicado falta de recolhimento de tributo”, sendo que tal redação acompanha o artigo 42, §7º, da Lei nº 7.014/96, que trata da redução ou cancelamento da multa inerente ao descumprimento de obrigação acessória.

O fato de ter o contribuinte deliberadamente deixado de cumprir com esta obrigação acessória, pelo período de dois anos, embaraça a Administração Tributária no seu múnus e traz dificuldades para a fiscalização exercer a sua função, de forma que não se pode alegar ausência de dolo. Da mesma forma, também não se pode dizer que houve falta de recolhimento do tributo, vez que as informações cruciais para o trabalho fiscal estão justamente no conteúdo dos arquivos magnéticos transmitidos a destempo, já no curso dos trabalhos de fiscalização. Por estes motivos, nego tal pedido, julgando o feito procedente.

Dissentindo do julgamento na Decisão de piso o Contribuinte apresenta Recurso Voluntário, onde reconhece o cometimento da infração em comento, mais pleiteia uma análise mais profunda da situação exposta anteriormente e que a julgue com maior benevolência.

Aduz que não foi atendido o seu pedido de redução de multa, pela falta de entrega tempestiva dos vinte e quatro meses de arquivos magnéticos, bem como frente a demora em sanar a questão, e por esse motivo Auto de Infração foi julgado procedente.

Destaca na Decisão da JJF, o trecho: “*o sujeito passivo confessa o cometimento da infração*”, para concluir que: “*esse motivo cabe a benevolência deste conceituado conselho em pelo menos conceder a redução desta multa exorbitante pois o sujeito passivo em sua defesa inicial não poderia jamais se dirigir a um conselho de tamanha competência e negar a existência da infração apontada pelo autuante, ocorreu sim a infração porém o que se espera do conselho que seja analisada a sua justificativa, não houve sonegação fiscal e com as dificuldades impostas na época não foi apresentado os arquivos magnéticos, porém não foi reincidente quando da intimação para apresentá-los, foi movido toda a força possível para que a fiscalização tivesse os referidos arquivos em suas mãos.*”

Salienta que seu pedido de redução da multa não foi atendido diante da quantidade de meses e isso resultou em uma multa de valor exorbitante, mas pede que seja levado em consideração que o autuado não é reincidente nem houve falta de pagamento do imposto.

Questiona: “*A demora em sanar a questão é relevante quando há uma demora do estado em cobrar? A cobrança foi feita quatro anos depois a empresa já estava preparada para apresentação, por esse motivo foi possível apresentar assim que foi cobrado*”.

Aponta a profusão de obrigações impostas ao Contribuinte que o leva a uma situação de desespero diante da impossibilidade de acompanhar e cumprir os desígnios da fiscalização de forma imediata.

Ressalta ainda que: “*as multas impostas por descumprimento de tais obrigações são verdadeiras aberrações jurídicas, como, por exemplo, a existente no Estado da Bahia ao se cobrar o valor de R\$ 1.380,00 pela entrega fora do prazo de um arquivo auxiliar da própria fiscalização. Percebe-se, portanto, que aquilo que deveria ser acessório, transforma-se em principal, especialmente na política tributária vigorante.*”

Por fim, requer que o lançamento seja rechaçado e se conclua pela sua improcedência total ou parcial com a redução do Auto de Infração em lide, por ser de inteira Justiça.

VOTO

Trata o presente de Recurso Voluntário, tempestivo, interposto pelo contribuinte, a rigor do art. 169, inciso I, alínea “b”, do Decreto nº 7.629/99 – RPAF, no sentido de modificar a Decisão da 5ª JJF deste CONSEF, para desobrigá-lo do pagamento da multa que lhe foi imposta, total ou parcialmente.

Pesa sobre o contribuinte a acusação de falta de entrega de arquivo eletrônico nos prazos previstos na legislação, nos meses de janeiro de 2012 a dezembro de 2013.

A tese recursal suscitada pelo recorrente para combater a Decisão *a quo*, embora reconhecendo o cometimento da infração respectiva, cinge-se a reiterar a alegação de não ser reincidente, de não ter ocorrido falta de pagamento do imposto, das dificuldades para atender todas as obrigações fiscais do Contribuinte e da exorbitância do valor da multa que lhe foi aplicada pela falta de entrega dos reclamados arquivos eletrônicos.

Essa questão foi devidamente avaliada pela Decisão de piso que destacou restar comprovado o fato, constatado pelo autuante, de que o Contribuinte deixou de transmitir os arquivos magnéticos dentro do prazo regulamentar, sendo esse o objeto da autuação em lide, e que a multa aplicada tem previsão legal.

Assim, constatado o descumprimento da norma prevista no Artigo 708-A, do RICMS/97, relativamente aos meses de janeiro 2012 a dezembro de 2013 e à contida no §12 do art. 259 do

RICMS/2012, foi-lhe aplicada a multa prevista na alínea "j" do inciso XIII-A, do art. 42, da Lei nº 7014/96.

No entanto, tendo em vista que, mesmo a destempo, o Contribuinte apresentou todos os arquivos devidos, conforme consta às fls. 18 a 42 e com as informações pertinentes, e considerando as alegações do recorrente quanto às dificuldades das pequenas empresas – seu caso, uma pequena cerâmica em um pequeno município - de se adaptarem e cumprirem todas as normas e exigências do Fisco ante aos novos processos de escrituração eletrônica e, ainda, por uma questão de isonomia, atendo parcialmente o seu pleito de redução da multa aplicada, reduzindo-a, na mesma proporção concedida, por esta 2ª CJF, em julgamento semelhante no Recurso Voluntário do Acórdão JJF 226-03/16, ou seja, para 20% do valor cominado, passando-a para o montante de R\$6.624,00, valor que julgo mais adequado à condição econômica do Contribuinte.

Face ao exposto, há que se modificar a Decisão *a quo* para reduzir a multa aplicada para o valor total de R\$6.624,00, correspondente a 20% do valor originalmente aplicado.

Voto, portanto, pelo PROVIMENTO PARCIAL do presente Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210674.3006/16-6**, lavrado contra **NILTON DA CRUZ ALVES (CERÂMICA SANTANA DE IGAPORÁ) - EPP**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$6.624,00**, prevista no art. 42, XIII-A, “j”, c/c o §7º, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de julho de 2017.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO – RELATOR

PAULA GONÇALVES MORRIS MATOS - REPR. DA PGE/PROFIS